LINHA DIRETA

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
UNIÃO E TRABALHO!

#26 | Ano XXVII | Julho de 2020

ANFIP Conectada promove dois webinários com os associados na próxima semana

Associados, as reuniões serão transmitidas pela plataforma Zoom e em ambiente restrito do Youtube. Os links dos webinários e os dados para acesso (ID e senha) serão enviados antes das reuniões, por WhatsApp, para os associados que estiverem com o número de celular atualizado no cadastro da ANFIP.

Jurídico

Depois da excelente receptividade do primeiro webinário do Jurídico, a ANFIP volta a reunir seus associados no dia **28/7 (terça-feira)**, às **14h30**, para dar continuidade ao compartilhamento de informações judiciais. É uma forma de manter todos os interessados em contato direto com os patronos das principais ações da Entidade em tramitação no Judiciário. O webinário contará com a presença do escritório **Innocenti Advogados Associados** e do advogado **Arthur Régis**, que abordarão **GIFA, GDAT e Licença Prêmio**.

Fundação ANFIP e Jurídico

Além da reunião do dia 28/7, a ANFIP promove novo webinário no dia **29/7 (quarta-feira)** com a participação do Jurídico e da Fundação ANFIP. O encontro será das **10h às 12h**, também pela plataforma Zoom e em ambiente restrito do Youtube.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e a diretora-presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, recebem:

– Advogado **Cláudio Farág** – Constitucionalidade da penalidade de cassação de aposentadoria em PAD (ADI 4882).

– Advogado especialista em Direito Administrativo Sancionador, **Ricardo Escobar** – Sindicância Patrimonial.

– Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil **Madsleine Leandro Pinheiro da Silva** – Cassação de Aposentadoria de Servidores Públicos Federais – Inconstitucionalidades.

Acesse o nosso site www.anfip.org.br e saiba como baixar a plataforma digital Zoom para acompanhar os eventos. Durante a reunião virtual, o Departamento Jurídico da ANFIP não estará disponível para atendimentos, já que também estará participando do webinário, quando todos os participantes poderão fazer questionamentos por meio do chat do próprio sistema Zoom. Se preferirem, poderão encaminhar as perguntas para o e-mail juridico@anfip.org.br ou para o WhatsApp (61) 98176-9051.

ANFIP publica informações das execuções dos 3,17%
Página 2

Live – Série ANFIP avalia resultados da arrecadação federal
Página 3

Auditores debatem as reformas tributária e administrativa
Página 4 e 5

ANFIP Conectada: Plano de saúde e aposentadoria do servidor em pauta

Com o objetivo de prestar cada vez mais informações aos associados, a ANFIP segue realizando, de forma virtual, os debates do ANFIP Conectada. Na edição do dia 6 de agosto (quinta-feira), que se inicia às 10 horas, serão abordados os temas: Plano de Saúde ANFIP e Regime Próprio de Previdência Social.

Para falar sobre o Plano de Saúde ANFIP/Benevix/Unimed Vitória foram convidados os representantes da Benevix, Igor Brum Barcellos (coordenador de Relacionamento Empresarial) e Márcio de Oliveira Almeida (consultor). A mediação será conduzida pelo vice-presidente de Serviços Assistenciais da ANFIP, Ariovaldo Cirelo.

A programação continua com o debate sobre o RPPS do servidor público federal, mais especificamente para o ativo que já implementou as condições para solicitar o benefício da aposentadoria. O tema será abordado pela vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix, e pelo assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero.

A transmissão da live será pela plataforma Zoom e, antes do evento, a ANFIP enviará os dados (ID e senha) para acesso à reunião. Fiquem atentos e participem de mais essa oportunidade de conhecer o trabalho da sua Associação!

JURÍDICO

ANFIP divulga relação dos exequentes dos 3,17% e dos excluídos

Com o objetivo de auxiliar os associados na busca por informações das execuções dos 3,17% junto às entidades de classe, a ANFIP divulga, na área restrita do site, a relação de todos os exequentes do MS 6864, impetrado pela Associação, além da lista de todos aqueles que já tiveram a exclusão sacramentada quando o processo ainda estava sob a relatoria do ministro Felix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Conforme já informado pela ANFIP, aqueles que foram excluídos de ofício não precisam se preocupar com a litispendência. No entanto, aqueles que não constam da relação dos excluídos, mas fazem parte das execuções do MS 6864, MS 4151, ou de qualquer outro processo com o mesmo objeto, deverão tomar a decisão o mais rápido possível e solicitar da entidade os documentos necessários para formalizar a devida desistência.

Para terem acesso à informação da execução da Fenafisp, a ANFIP orienta que os associados entrem em contato com o Sindifisco Nacional por meio dos telefones 61-3218-5200/5201 ou pelos e-mails juridico@sindifisconacional.org.br ou ouvidoria@sindifisconacional.org.br.

Para consultar a **Relação dos Exequentes** e a **Lista dos Excluídos**, basta acessar o nosso site, www.anfip.org.br, editoria Jurídico.

Reunião - Diante da enorme repercussão acerca das litispendências da execução dos 3,17%, principalmente com o processo da extinta Fenafisp (MS 4151), o Conselho Executivo da ANFIP agendou reunião para segunda-feira (27/7), para tratar, especificamente, das desistências e pagamentos de honorários advocatícios ao escritório Mota & Advogados Associados.

A Vice-Presidência de Assuntos Jurídicos recomenda que os associados aguardem a realização da reunião para encaminhar os documentos. A documentação que já foi encaminhada está retida na Entidade, até porque o Superior Tribunal de Justiça está de recesso forense até o dia 3 de agosto de 2020.

Atenção! No dia 28 de julho, às 14h30, haverá uma webinar sobre as ações da Licença-Prêmio, GIFA e GDAT. O Setor Jurídico informa que tratará, também, da execução dos 3,17%, uma vez que a Associação vem recebendo centenas de e-mails com dúvidas dos associados.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Manina Rodrigues
Thayná Rodrigues

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
UNIÃO E TRABALHO!

www.instagram.com/anfipnacional www.facebook.com/anfip.nacional www.twitter.com/anfipnacional www.youtube.com/anfipoficial

Live - Série ANFIP avalia arrecadação federal no período de crise

A Live – Série ANFIP desta semana trouxe ao debate várias vertentes do impacto da Covid-19 na arrecadação tributária e aduaneira e na fiscalização federal, assim como apresentou ao público as novas rotinas implementadas pela Receita Federal do Brasil para a manutenção do atendimento ao contribuinte.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente de Comunicação Social, Benedito Cerqueira Seba, receberam o subsecretário de Arrecadação, Cadastro e Atendimento substituto, Marcos Hubner Flores; o assessor da Subsecretaria de Administração Aduaneira, Dário da Silva Brayner Filho; e o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Rodrigues Malaquias.

Décio Lopes ressaltou que há uma grande preocupação neste momento de pandemia, uma vez que a Receita Federal do Brasil é o órgão responsável pela arrecadação dos recursos necessários ao funcionamento do Estado.

Quanto a esta preocupação, Marcos Hubner explicou que o impacto da crise na arrecadação é decorrente não só da redução da movimentação econômica como de ações da própria Receita. "Suspendemos todos os prazos processuais e medidas de cobrança", lembrou. Além disso, Hubner explicou que restituições também foram antecipadas, visando atender à sociedade neste momento delicado de crise. "Mudamos o foco do trabalho para devolver o dinheiro para os contribuintes. Momentaneamente o trabalho não é de combate à fraude, mas de acelerar a restituição para a sociedade", justificou.

Todas essas ações impactam também no resultado da arrecadação. Os números apresentados por Claudemir Malaquias mostram isso. Em maio de 2020, a arrecadação total chegou a R$ 77,4 bilhões. O mesmo período do ano passado fechou em R$ 113,2 bilhões. Isso representa uma queda nominal de 31,66% e real de 32,92%. No acumulado janeiro a maio de 2020, foi registrado um total de R$ 579,7 bilhões arrecadados, contra R$ 637,6 bilhões no acumulado do mesmo período de 2019, o que revela uma queda nominal na arrecadação de 9,09% e real de 11,93%. Na avaliação de Malaquias, o efeito da pandemia aparece mais nos últimos meses.

Como a Receita Federal está analisando e detalhando esses efeitos? Segundo Malaquias, as medidas de maior impacto começaram em abril. Por exemplo, em 2019 foram arrecadados R$ 130,5 bilhões, já em 2020, o número chegou a R$ 92,9 bilhões. Uma diferença de R$ 37,5 bilhões. Essa diferença se deve a três fatores principais, conforme enumerou: diferimento de tributos (R$ 31,5 bilhões), redução da alíquota do IOF Crédito (R$ 1,5 bilhão) e redução por outros fatores (R$ 917 milhões). Nesse último aspecto, conforme Malaquias, está o que a Receita não consegue mapear, que provavelmente corresponde ao efeito econômico da pandemia na arrecadação.

Já na área aduaneira esse impacto não foi sentido da mesma forma. Segundo o assessor da Subsecretaria de Administração Aduaneira, Dário Brayner, o setor tem particularidades e o aspecto mais visível é o controle do fluxo de pessoas e de mercadorias. Quanto à arrecadação, a área aduaneira representa cerca de 8% do volume de recursos, considerando o II (Imposto de Importação) e IPI Vinculado (Imposto sobre Produtos Industrializados). O período, segundo Brayner, registrou redução de 2% no conjunto da exportação brasileira. Já a importação foi mais afetada, porém compensada com a variação cambial. "O fato é que, de janeiro a maio de 2020, tivemos crescimento do II e IPI na ordem de 0,45%", destacou, reforçando que a área aduaneira não foi tão afetada quanto as demais estruturas de arrecadação.

Durante a live, os representantes da Receita Federal do Brasil falaram ainda sobre várias evoluções do período. Também responderam a importantes questionamentos, especialmente sobre o Pronamp, uma linha de crédito para micro e pequenas empresas em que a receita bruta informada à Receita Federal será o parâmetro para a concessão de empréstimo pelas instituições financeiras. "Uma medida que faz com que o contribuinte tenha um benefício claro e direto advindo da sua declaração", avaliou o vice-presidente de Comunicação Social, Benedito Seba. O vice-presidente também questionou os representantes da RFB sobre desoneração da folha de pagamento, sobre quais setores foram mais impactados com a pandemia, como é o caso do setor de bens duráveis e semiduráveis, e em relação ao número de servidores nas aduanas. Sobre isso, apesar da queda no quadro de Auditores, de 12 mil na época da unificação dos fiscos para 9 mil, a Receita avalia que as atividades se mantiveram, estando o desafio em fazer, diante de um quadro menor, novas estratégias de trabalho.

Entre as respostas aos questionamentos apesentados, a ANFIP destaca duas.

Sobre a primeira etapa da proposta de Reforma Tributária do governo, entregue na terça-feira (21/7) ao Congresso Nacional, Claudemir Malaquias acredita que o modelo é mais simples, o que simplifica também a sua apuração. "Essa simplificação vem acompanhada da redução de custos para o cumprimento das obrigações tributárias. Isso facilita para as empresas que trabalham com vários insumos", avaliou.

Sobre a desoneração da folha de pagamentos, Malaquias informou que a Receita fez vários estudos e sabe que ela é destinada à Seguridade Social. "Sabemos que nosso país é socialmente vulnerável", frisou. Por isso, explicou, qualquer movimento em relação à folha deve ser feito com responsabilidade e mostrando uma fonte substituta. "Temos um sistema previdenciário atrelado e o Estado tem que honrar esse compromisso", garantiu.

Confira a íntegra deste importante debate na página da ANFIP no Facebook e no Youtube.

ANFIP defende que isenções fiscais não sejam regra no Brasil

"Como calibrar as renúncias fiscais para uma tributação mais justa" foi o tema da live promovida pelo canal Você Acha Justo?. Na quarta-feira (22/7), foram convidados para o debate o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, a Auditora Fiscal da RFB e integrante do Instituto Justiça Fiscal, Clair Hickmann, e o economista Marcos Lisboa, que preside o Insper e atua como colunista da Folha de São Paulo. A mediação da live foi conduzida por Camilo Vannuchi.

Abrindo o encontro, Marcos Lisboa apontou a importância de o debate apresentar as distorções do atual sistema tributário mostrando que o Estado gasta muito e gasta mal. "Temos um gasto público que cresce 5% ao ano acima da inflação e, em contrapartida, os cidadãos não recebem sequer serviços de qualidade. Dentro desse contexto, percebemos como o nosso desenho tributário é uma das causas do nosso baixo crescimento".

Em sequência, a Auditora Fiscal Clair Hickmann ponderou o uso dos incentivos fiscais no Brasil. "Em relação aos gastos tributários, as chamadas renúncias fiscais, os entes federativos deveriam anualmente apresentar suas estimativas de renúncias assim como a Receita Federal apresenta". A debatedora enfatizou que milhões de reais deixam de chegar aos cofres públicos prejudicando o crescimento do país.

Abordando as isenções tributárias e os gastos públicos, o vice-presidente da ANFIP César Roxo destacou que na reforma da Previdência o principal argumento foi de que o sistema previdenciário era deficitário em sua essência e natureza, portanto, não conseguiria se manter. "No entanto, é sabido que quando implementada a Seguridade Social foi previsto pelo legislador a contribuição da sociedade através de impostos e contribuições sociais previstos no Art. 195 da Constituição Federal de 1988. Ou seja, esse financiamento da previdência foi estabelecido". "E o que foi feito ao longo dos anos? Foram criadas distorções no caminho através de benefícios concedidos de forma equivocada. Houve um desleixo da União com as contas da Seguridade Social, além dos problemas apresentados por meio da desoneração da folha de pagamento, que impacta diretamente nas contas da previdência". César Roxo reforçou que defende a renúncia fiscal quando aplicada de forma correta, "não sendo regra como acontece hoje no Brasil inviabilizando os recursos dos entes federados".

A live completa está disponível no canal Você acha Justo? no Youtube.

ANFIP media debate sobre processo eleitoral

A 6ª edição do Seminário Nacional de Juízes, Procuradores, Promotores e Advogados Eleitorais (Senaje), realizado anualmente pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), contou na quarta-feira (22/7) com abertura especial do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin. O vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, mediou uma das mesas de debate.

Desinformação - Márcio Gheller mediou a mesa de debates que abordou as estratégias de enfrentamento à desinformação. A vice-presidente de Assuntos Fiscais, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, também acompanhou o seminário.

Ao falar sobre a disseminação das fakenews, Márcio Gheller explicou que o termo trata de notícias falsas publicadas como se fossem reais e que, este tipo de texto, além alcançar pessoas com menor escolaridade atinge também pessoas com mais estudo, já que o conteúdo está comumente ligado a um viés político.

Além deste assunto, também tiveram destaque na programação temas como: desafios do Direito Eleitoral brasileiro; combate à corrupção eleitoral; inelegibilidades dos candidatos; transparência, financiamento, inclusão das minorias e prestação de contas; e combate ao racismo estrutural.

Frente Parlamentar analisa principais aspectos da reforma administrativa

A Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa promoveu um debate virtual na quinta-feira (23/7) com o tema: Qualidade do Gasto Público - os principais pontos da Reforma Administrativa. A live contou com a participação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia; do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga; e da sócia da Consultoria Oliver Wyman, Ana Carla Abrão; convidados por Antonio Anastasia, Kátia Abreu e pelo coordenador Tiago Mitraud, representantes da bancada. O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou a transmissão.

Ana Carla Abrão explicou que a reforma administrativa tem como focos principais fazer justiça social e reduzir a desigualdade no país. Segundo ela, a busca é pela maior eficiência do Estado, que ficou "parado, analógico e ultrapassado, enquanto o mundo caminhava".

Já Armínio Fraga afirmou que a reforma é um projeto de vida e não é adiável. "O dinheiro aplicado à saúde, à educação, não devia ser pensado como um gasto, ele é um investimento. É um direito do cidadão", defendeu. Fraga destacou também ser "fundamental construir uma área de RH no Estado que ofereça um espaço de transparência para o trabalho das pessoas, onde elas possam ser avaliadas de maneira objetiva, tendo o direito de se manifestar, para que haja segurança e se coíba todo tipo de abuso".

Rodrigo Maia, em concordância, ressaltou a necessidade e a importância do debate neste momento, e confirmou que o objetivo é modernizar a máquina pública e garantir a eficiência da prestação de serviços. O presidente da Câmara afirmou que solicitou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que o leve a proposta do governo ao Congresso.

O assessor de estudos socioeconômicos da ANFIP, Vilson Romero, acompanhou todo o debate e acrescentou: "Num país desigual como o nosso, onde as mazelas foram escancaradas pela pandemia, cada vez mais o Estado deve estar presente com estrutura logística adequada, verbas suficientes e recursos humanos valorizados e em quantidade ideal para prestar um serviço público de qualidade".

Associado, mantenha seus dados atualizados no Cadastro da ANFIP

Diante da grave crise sanitária enfrentada por todos os brasileiros, as rotinas de trabalho de vários segmentos sociais se adaptaram à nova forma de interação, com a ANFIP não foi diferente. Intensificamos o uso de ferramentas tecnológicas e plataformas digitais para as mais variadas formas de atividades.

Para que todos os associados sigam juntamente nesse processo, a ANFIP solicita que mantenham seus **dados atualizados no Cadastro da Entidade**. Você pode usar o **formulário** disponível na internet, enviar as informações para **cadastro@anfip.org.br** ou ainda utilizar o **WhatsApp (61) 99938-4548** (Cadastro). É muito importante neste momento que seus dados estejam corretos. A interação tem sido cada vez mais virtual e o número de celular e e-mail são imprescindíveis para que você se integre a esta nova sistemática.

BENEFÍCIOS

Campanha especial para a melhor idade

O Clube de Vantagens da ANFIP segue com a campanha especial para a melhor idade! Programe a sua viagem com as melhores ofertas. Acesse o nosso site anfip.temvantagens.com.br/login e confira passagens aéreas, hotéis, resorts e muito mais.

Consórcio Chevrolet com descontos exclusivos

O Clube de Vantagens da ANFIP em parceria com uma das maiores concessionárias do Brasil oferece aos associados as melhores condições para você adquirir o seu carro 0km! Conheça agora mesmo o Consórcio Chevrolet e aproveite as opções de planos com parcelas acessíveis e prêmios semanais de R$ 25.000,00.

Neste mês a Chevrolet também disponibiliza uma carta bônus com condições especiais para parentes de 1º grau (pais, cônjuge e filhos). Não perca essa chance, surpreenda quem você ama, ajude a economizar na compra do Chevrolet 0km!

A tabela completa com todos os descontos pode ser acessada na área dos convênios: anfip.temvantagens.com.br/login

DF: Faça seu check-up odontológico na Preodonto!

Pacientes de todas as idades devem fazer um acompanhamento periódico no odontologista para garantir a saúde bucal e um sorriso bonito, sendo recomendada uma visita a cada 6 meses. Na Preodonto, conveniada da ANFIP, que oferece atendimento em Brasília, os associados contam com condições especiais de pagamento. Os telefones para agendamento são: (61) 3345-1042 ou 98401-4634 (WhatsApp).

PLANJUS Família: 4 motivos para fazer plano de previdência familiar

Já é participante da JUSPREV ou está pensando em ser e está na dúvida sobre fazer o plano de benefícios previdenciários para outros membros da família? Apresentamos quatro motivos para ajudar nesta decisão e aumentar a rede de proteção da JUSPREV.

A proteção financeira é estendida para aqueles que você mais ama!

Além de você estar cuidando do seu futuro financeiro, você pode iniciar este cuidado também para seu cônjuge ou filhos, ou dependentes econômicos. A JUSPREV ainda permite que sejam feitos planos para pessoas com quem o participante mantenha algum vínculo afetivo, desde que seja autorizado no Estatuto da Associação Instituidora que faz parte. E no caso de dependentes econômicos, é possível ainda obter o benefício de dedução do Imposto de Renda! Converse com nossos consultores para entender mais: consultoria@jusprev.org.br.

Você fica tranquilo(a) com a aposentadoria dos pequenos

Como será a aposentadoria de quem ainda é criança nos dias atuais? Com tantas mudanças acontecendo no sistema de previdência, o futuro neste sentido ainda é incerto. Se na sua família têm crianças, você pode fazer um plano de previdência para elas desde muito cedo, garantindo um futuro financeiro mais seguro. Se forem dependentes economicamente do participante, a adesão pode ser imediata e caso não sejam, é possível aderir desde que o Estatuto da Associação Instituidora da qual faz parte permita. O tempo de contribuição para a aposentadoria será muito benéfico neste caso, gerando rentabilidade significativa no futuro.

Os novos planos podem ser feitos a partir de R$100,00

Aposentadoria é planejamento de longo prazo. E por isso, o importante é começar um plano de previdência complementar o quanto antes, para que o tempo seja um fator vantajoso para o participante. Os novos planos na JUSPREV podem ser feitos a partir de R$ 100, 00 (cem reais). E assim que puder, o participante pode ir aumentando a contribuição mensal ou mesmo realizar aportes extras na previdência. O valor inicial pode parecer pequeno, mas poderá resultar em grande tranquilidade no momento da aposentadoria. A reserva acumulada só trará benefícios.

Este será um presente para a vida toda!

Sabe aquele presente que marca a vida de alguém que amamos? Ao presentear aqueles que você ama com um plano de previdência complementar, você estará colaborando para um futuro financeiro seguro! E ainda estará dando um grande incentivo na educação financeira dessas pessoas. Isso porque, ao explicar para sua família sobre a previdência complementar e a importância dela no futuro, poderá estar incentivando, de forma direta, os cuidados com o dinheiro e com as finanças! É uma forma de todos participarem do planejamento financeiro da família e entender a importância dele para a realização dos sonhos!

Informações sobre os planos podem ser obtidas com a consultoria da ANFIP, umas das entidades instituidoras da Jusprev, que permanece realizando os atendimentos através dos contatos: (61) 9 9655-8978 / zuleide@anfip.org.br.

Você também pode entrar em contato pelo e-mail consultoria@jusprev.org.br.

FIXA

Espaço para Histórias Fiscais tem conto novo toda semana

Para resgatar a memória cultura da Entidade, publicamos semanalmente Histórias Fiscais reunidas, originariamente, em duas publicações lançadas na década de 1990: “Fiscalização Previdenciária – Uma viagem através do tempo”, com 143 contos escritos por colegas de todo país, resultado do I Concurso Nacional de Histórias Fiscais, lançado em 1991, e o Histórias Fiscais II, de 1994, com 109 contos narrando passagens e experiências vividas no dia-a-dia da fiscalização, resultado de concurso realizado em 1993.

Confira na editoria Histórias Fiscais, em www.anfip.org.br, os contos de nossas publicações. Conheça também a história da qual você faz parte! Boa Leitura!